



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 57/XI/2.<sup>a</sup> SL

Aos 17 dias do mês de Novembro de 2010, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. *Informações;*
2. *Discussão e votação da Acta nº. 56, referente ao dia 10 de Novembro;*
3. *Apresentação e votação do Parecer do PJI nº. 383/XI/1<sup>a</sup>., do CDS/PP, sobre a "Redução do número de elementos dos Conselhos de Administração de cada Hospital EPE"- Relatora: Deputada Conceição Casa Nova (PS);*
4. *Apresentação e votação do Parecer do PJI nº. 387/XI/1<sup>a</sup>., do CDS/PP, sobre a "Quarta alteração ao Decreto-Lei nº. 173/2003, de 1 de Agosto, consagra a isenção de taxas moderadoras para os voluntários" - Relatora: Deputada Luísa Salgueiro (PS);*
5. *Discussão do PJI nº. 236/XI/1<sup>a</sup>., do CDS/PP, que "Recomenda ao Governo a Criação de Centros de Investigação de Ensaios Clínicos";*
6. *Discussão e votação do Relatório da Petição nº. 93, sobre o "Reconhecimento da Fibromialgia como Doença Crónica e Incapacitante" - Relator: Deputado Ricardo Gonçalves (PS);*
7. *Apresentação e votação do Requerimento do PSD, que solicita a audição do Presidente do Instituto Português de Sangue;*
8. *Distribuição para Parecer do PJI nº. 448/XI/2<sup>a</sup>. do BE que "Estabelece a obrigatoriedade da indicação do preço de venda ao público (PVP) na rotulagem dos medicamentos altera o Decreto-Lei nº. 176/2006, de 30 de Agosto";*
9. *Apresentação e votação do Requerimento do PCP, que solicita a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde;*
10. *Outros Assuntos.*

O Presidente iniciou a reunião pedindo aos coordenadores dos Grupos de Trabalho que dessem conta dos assuntos abordados nas últimas audiências que realizaram.

A Deputada Maria José Nogueira Pinto falou sobre as questões tratadas na audiência do Dr. Pavão, médico pediatra do Porto, e o Deputado Bernardino Soares referiu a apresentação feita pelo *International Aids Vaccine Initiative* (IAVI), sobre o trabalho que têm desenvolvido neste âmbito.

O Presidente informou que irá enviar à Ministra da Saúde os sumários destas audiências, desse facto se informando as entidades que foram ouvidas.

O Deputado João Semedo anunciou que irá fazer entrega de um requerimento, ainda hoje, sobre o Hospital de Cascais, pedindo o agendamento da sua discussão para a próxima reunião.

A Deputada Clara Carneiro solicitou também que fosse requerido, à Ministra da Saúde, o Relatório que as ARS ficaram de elaborar até 5 de Novembro, sobre os desvios no acompanhamento dos contratos – programa nos hospitais públicos e Unidades Locais de Saúde (ULS).

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos colocou à consideração o adiamento da apresentação do Parecer sobre o PJI 387/XI/2ª (CDS-PP), dada a ausência da Relatora, disponibilizando-se contudo para o apresentar. Ficou adiado para a próxima reunião, bem como a discussão e votação do Relatório Final relativo à Petição nº 93/XI/2ª.

A Deputada Helena Rebelo informou sobre a iniciativa que a ANEBE vai levar a cabo na Assembleia da República, em colaboração com a Subcomissão de Segurança Rodoviária, sugerindo que a Comissão de Saúde também se associe.

O Presidente propôs a realização de reuniões da Comissão no dia 24 ou 25 de Novembro, e também no dia 7 de Dezembro, para audição da ERS.

A Acta nº. 56, referente ao dia 10 de Novembro, foi discutida e votada por unanimidade.

A Deputada Conceição Casa Nova, Relatora do PJI nº 383/XI/1ª - (CDS-PP), sobre a *"Redução do número de elementos dos Conselhos de Administração de cada Hospital EPE"*, apresentou o seu Parecer, enunciando a motivação e o objecto desta iniciativa, o enquadramento legal e antecedentes e ainda factos relevantes em termos de Direito Comparado. Disse reservar a sua opinião para Plenário, acrescentando que, entretanto, no dia 8 de Outubro o Conselho de Ministros aprovou um diploma que reduz os membros dos conselhos de administração dos hospitais para um máximo de 5. Concluiu que esta iniciativa reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para ser discutida e votada em Plenário.

A Deputada Teresa Caeiro salientou que o PJI é bem claro nos objectivos que se propõe alcançar e congratulou-se com o facto de o Governo estar a tomar medidas de corte nas despesas. A Deputada Clara Carneiro e o Deputado João Semedo concordaram também com a redução, para 5, dos membros dos conselhos de administração dos hospitais. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos realçou que este PJI vem fora de tempo, uma vez que a questão está resolvida com a medida já tomada pelo Governo e sugeriu que a Relatora diga expressamente no Parecer que a redução aprovada é para um máximo de 5 elementos. A Deputada Maria José Nogueira Pinto manifestou a opinião de que o mais importante é a questão que está subjacente, e que é a da orgânica dos hospitais. O Presidente acentuou a importância da discussão, antes da composição dos conselhos de administração dos hospitais, da sua estrutura orgânica, em termos estratégicos.

Os Deputados Serpa Oliva, Isabel Galriça Neto e Teresa Caeiro consideraram não ser incompatível reflectir sobre linhas estratégicas e tomar medidas urgentes, como é o caso.

A Deputada Conceição Casa Nova aceitou incluir o aditamento proposto pela Deputada Maria Antónia Almeida Santos, tendo de seguida o Presidente colocado os considerandos e conclusões do Parecer à votação, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

Passou-se à discussão do Projecto de Resolução nº 236/XI/1ª (CDS-PP), que “*Recomenda ao Governo a criação de Centros de Investigação de Ensaios Clínicos*”, tendo o Deputado Serpa Oliva dado conta dos seus fundamentos e elencado as recomendações ao Governo, que são propostas pelo CDS-PP.

A Deputada Clara Carneiro referiu que o PSD tem questionado a Ministra da Saúde sobre os ensaios clínicos, pelo prestígio que Portugal vai perdendo ao não ter presença nesta área. De facto, Portugal está a enviar os ensaios clínicos para a Polónia e Bélgica, pelo que apoia o presente Projecto de Resolução.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos manifestou dúvidas sobre se a criação de centros piloto será a melhor forma de alcançar estes objectivos, entendendo tratar-se de matéria muito técnica, pelo que seria útil ouvir peritos.

O Deputado João Semedo recordou que poderia ser ouvida a Comissão de Ética para a Investigação Clínica (CEIC).

O Deputado Serpa Oliva salientou que quer o Infarmed quer o CEIC têm cumprido os prazos legais, faltando que a Comissão Nacional de Protecção de Dados se pronuncie, para o que não tem prazo estabelecido.

Concluída a discussão, o Projecto de Resolução nº 236/XI/1ª irá ser remetido ao PAR para votação em Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

A Deputada Clara Carneiro apresentou o Requerimento do PSD, que solicita a audição do Presidente do Instituto Português de Sangue, no sentido de se obterem esclarecimentos sobre o estatuto legal dos dadores de sangue, bem como sobre as condições existentes para o exercício da dádiva de sangue.

Os Deputados Maria Antónia Almeida Santos, João Semedo e Teresa Caeiro referiram nada ter a opor, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Projecto de Lei nº 448/XI/2ª (BE), que “*Estabelece a obrigatoriedade da indicação do preço de venda ao público (PVP) na rotulagem dos medicamentos e altera o Decreto-Lei nº 176/2006, de 30 de Agosto*”, foi distribuído, com vista à elaboração de Parecer, à Deputada Maria José Nogueira Pinto.

Foi ainda discutido o Requerimento do PCP, que solicita a audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, sobre as declarações que fez acerca do encerramento nocturno do SAP de Vieira do Minho.

O Deputado João Semedo informou que votará favoravelmente o requerimento, porque os governantes têm de ser responsabilizados pelas suas afirmações, o que foi corroborado pelas Deputadas Clara Carneiro e Teresa Fernandes.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos manifestou divergência com as razões invocadas pelo PCP para ouvir o Secretário de Estado.

O Presidente colocou o requerimento à votação, o qual foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, BE e Deputado Ricardo Gonçalves, do PS, e a abstenção dos restantes Deputados do PS. Registou-se a ausência do PCP.

A reunião foi encerrada às 12:30 horas, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 Novembro 2010.

**O PRESIDENTE**

**(COUTO DOS SANTOS)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro  
Bernardino Soares  
Clara Carneiro  
Conceição Casa Nova  
Couto dos Santos  
Defensor Moura  
Fernando Jesus  
Isabel Galriça Neto  
João Semedo  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria das Mercês Borges  
Maria Helena Rebelo  
Maria José Nogueira Pinto  
Maria Luísa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rosário Águas  
Rui Prudêncio  
Teresa Caeiro  
Teresa Fernandes  
João Serpa Oliva  
Jorge Manuel Gonçalves  
Nuno Reis  
Rui Pereira

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Carla Barros

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Luísa Salgueiro